

# O JORNAL DOS DEBATES.

Publica-se ás Quintas Feiras de cada semana. Subscrive-se n'esta Typographia a 12000 rs. por trimestre.

RIO DE JANEIRO — TYPOGRAPHIA DO DIARIO — RUA DA AJUDA N.º 79.

## INTERIOR.

### TRABALHOS LEGISLATIVOS.

Vai o Senado occupar-se agora com a Ley de fixação de forças; teremos de vêr novamente reproduzidas as scenas, que succederam na discussão sobre promoções. Os opposicionistas da Camara vitalicia vingam-se desabridamente do silencio, que tem reinado nos bancos da opposição da Camara electiva. Mediou um bom intervallo entre aquella discussão tão calorosa, e esta que ora se deve encetar. Foi o momento do repouso do leão..... Esperemos.

A Camara dos Deputados occupa-se em dar pensões, augmentar ordenados sem necessidade alguma, e distribuir todo o dinheiro, que existe nos cofres publicos. Perdoe-se-nos tanta acrimonia, attenta a justiça, com que nos escudamos. Todos os dias se facculta pensões á quem d'ellas não necessita, e sem que a Camara preste attenção ao que se passa. Isto é máo para o paiz, e para o seu credito.

Encetou-se a discussão sobre a interpretação do *acto adicional*. Ella deve ser importantissima, e enfelizmente ainda estamos no seu commeco. Passou o 1.º artigo appresentado pela nobre Commissão, tal qual o havia ella esboçado. O seu relator defendeu-se corajosa, energica, e eloquentemente. Até aqui não temos tido senão rasões de tecer encomios ao Sr. Paulino José Soares de Sousa; mas elles eram dados em virtude de seu nobre comportamento como Presidente da Provincia do Rio de Janeiro, e dos seus trabalhos, como membro de algumas commissões da Camara dos Deputados. Hoje devemos elogiar o Orador, applaudir aos seus primeiros, e brilhantes, passos na carreira da eloquencia Parlamentar, encoraja-lo, e mostrar-lhe o lugar distincto, que o espera. O Sr. Paulino fallou admiravelmente, sem affectação, sem receio; rebatten algumas objecções, que se haviam appresentado contra a doutrina do artigo; e a Camara, e o povo das gallerias o ouviram com a mais religiosa attenção, com mais vivo interesse.

Este seria o lugar proprio para tambem discutirmos a interpretação do *acto adicional*; infelizmente, porém, falta-nos hoje espaço para bem tra-

tar um objecto de tanta importancia. Guardaremos para um dos proximos n.º do JORNAL, e sem duvida que então estará tambem concluida toda a discussão á semelhança respeito na Camara electiva.

Olhamos a intenção e actos da maioria dos Srs. Deputados, como tendentes á interpretar aquillo, que sem interpretação necessariamente cairia. E' por isso, que rejeitamos com toda a força a appellidação de reforma, que lhe dá a opposição. Em nosso entender, si se não interpretar o *acto adicional*, continuaremos a fluctuar n'este *mare magnum* de conflictos continuos, e sem duvida que semelhante situação é muito prejudicial ao paiz. E alguns membros da nobre opposição não tem razão alguma para oppor-se a interpretação, por isso que elles mesmos reconheceram a necessidade, que tinha o paiz da adopção de uma identica medida. O Sr. Ministro Limpo de Abreu, abraçava opinião muito diversa da que ora sustenta o Chefe da opposição.

A necessidade d'esta interpretação é reconhecida á primeira vista; as Assembléas Provinciaes tem abusado de uma maneira escandalosa. Como não oppormo-nos desde já ao naufragio, que de necessidade deve consigo trazer semelhante estado de cosas? — Mas tambem, em nossa opinião, queremos que a interpretação não tenha effeito retroactivo, por isso que iria destruir interesses novos, creados sim por um abuso, mas emfim existentes e adoptados.

Falla-se em prorogar a Sessão até o fim do mez.

### O SR. A. CARLOS, E SUA INDEMNISAÇÃO.

Haviamos escripto e publicado no n.º 80 do *Jornal dos Debates* um artigo com esse titulo; e mal cuidavamos, que nossas ideas chocariam o amor proprio do Sr. A. Carlos, á ponto de escrever, ou mandar que se escrevesse uma resposta solemne e categorica, que foi estampada nas columnas da *Aurora* n.º 42, e assignada por — um Paulista respeitador dos Andradas. Nada conhecemos de maior quizilia, do que esses combates, á que se expõem á peito descoberto um escriptor publico com um anonymo, um estrella, ou qualquer *vulvicosos*, que appareça. Não seria

melhor para o publico, que quando se ventilhasse qualquer questão, se apresentassem na arena franca, leal, e claramente aquelles, que quizessem medir suas forças, para que conhecendo-os, melhor avaliasse o que ousassem avançar? Não seria mais airoso para o Sr. A. Carlos mostrar-se patente á todos, e dizer-lhes — sou eu, que escrevi este artigo, em minha defesa; esses elogios á minha nobre familia são de lavra propria? — Sem duvida, que o artigo mereceria maior consideração, maior valia; mas não, insultar, deprimir a honra, o credito alheio, debaixo de nome supposto, já por vezes o havemos dito, é muito melhor e mais seguro expediente. Emfim, no meio de tudo isto, Deos nos tenha em sua sancta guarda!... Respondámos portanto ao Paulista respeitador dos Andradas, dando de barato, e até agradecendo-lhe as injurias, com que houve por bem mimosear-nos. Sem duvida, que somos merecedores de muito maior dôse, por que não apprendamos de côr aquella longa lista de sciencias da famosa classificação do *Jeremias Bentham*, que tão bem applicada foi pelo Sr. A. Carlos ao Sr. Deputado Navarro de Abreu. Ora nós, que não sabemos *deontologia*, *phurnosologia*, *monetechnia*, isto é, que somos grande ignorantão, miseravel *rabulista*, como ousámos não admirar, de queixo caído, toda a vasta facundia de um homem, coberto de *neves alpinas*, com o *vesuvio das paixões* d'entro d'alma, e fallando como *Necker d Mirabeau*? — Certamente, que merecemos muito mais, damos ás mãos á palmatoria, battam, meus Senhores, sovem esta criança, que se atreveu á não achar justa a indemnisação do Sr. A. Carlos, dê-m-lhe cabo da pelle,

Si á tanto, os ajudar engenho, e arte.

*Andradas nasceram para servir, e sacrificar-se pelo seu paiz, e não para ganhar.* Logo tudo o que elles dizem, deve ser considerado como palavra do Evangelho; tudo quanto elles pedem, deve-se-lhes dar, embora a justiça, a ley, e a utilidade clamem contra, só por que não nasceram para ganhar. Valha-nos Deos com taes argumentadores!.. Si assim continuam ex-adverso, arriscamo-nos muito á perder um pouco de logica, que á bem custo apprendemos.

Dissemos primeiramente, que a Ley é contraria ao requerido pelo Sr. A. Carlos, por quanto não permite indemnisação alguma por officio, que se houver de extinguir, e é por isso, que nas Cartas de propriedade se insere a clausula, que no 1.º artigo citamos, e na qual se declara expressamente, que a Fazenda Publica não ficará sujeita á indemnisação alguma. Responde-se-nos ex-advogado, que essa clausula só se insere nas Cartas de propriedade de officios *dados por mera graça*, e o que o do Sr. A. Carlos o foi por serviços de seu Pai. — Temos á responder, que o auctor do artigo não conhece a legislação patria, quando tal proposição avança. A Ley não faz differença alguma entre officios dados por mera graça, ou por serviços; e lhe asseguramos que todas as Cartas de propriedade contêm essa clausula; si outra forma se seguisse, então o futuro de um paiz qualquer se acharia gravado de dividas enormes. E si o Sr. A. Carlos é capaz de contestar o que avançamos com a sua Carta, apresente-a. Resta-nos dizer n'este topico, que a não apresentação da carta, e o expediente, de que ora se lança mão, dizendo-se que se a perdera, dão bem á entender, que ella não é favoravel ao seu pedido, por isso que de necessidade encerra a clausula de não indemnisação.

O 2.º argumento do Sr. Paulista é, que quando mesmo contivesse a Carta essa clausula, a indemnisação era devida, por isso que o Sr. D. João 6.º a reconheceu, quando lhe mandou remetter o onus de Reis — 400\$000 — que pagava á Fazenda Publica. Temos á responder, que por haver El-Rey attendido á seu requerimento, em que lhe pedia o dispensasse de pagar o onus, não se segue, que fosse reconhecido o seu direito de indemnisação. Quiz El-Rey dispensar o onus; podia-o fazer, mas por isso não lhe sancionou o principio de indemnidade, tanto mais, que, como confessa o proprio Sr. Paulista no seu artigo, foi o Sr. A. Carlos antes obrigado á assignar termo de desistência de qualquer outra indemnisação, que lhe competisse pela ditta perda.

Ora quando mesmo se lhe devesse alguma cousa, já o Sr. A. Carlos não podia haver, por isso que confessa, que assignou termo de desistência de qualquer outra indemnisação &c..... Não se lembrou o nosso adversario, que nos fornece um fortissimo argumento contra a pretensão do Sr. A. Carlos!!! Eis o que é logica fina e gigantesca!..

O 3.º argumento do Sr. Paulista não passa de uma enumeração de

artigos, e de Leys, que de nem-um modo são applicaveis ao caso vertente; por isso, e para não cansarmos a paciencia do publico, passaremos a diante.

Diz o Sr. Paulista em 4.º lugar, que o Assento de 27 de Abril de 1608, e o decreto de 29 de Julho de 1612, que nós citamos, não se applicam ao caso, em questão, porque fallam de propriedade plena, e a do Sr. A. Carlos era sujeita ao onus de Reis — 400\$000, para á Fazenda Publica. Engana-se o respeitador dos Srs. Andradas; a Ley não faz tal differença; tanto a propriedade plena, como a sujeita á qualquer onus, se acham incluídos no Assento, e Decreto mencionados.

Quando porem ao que dissemos sobre o dever recair o favor da dispensa do onus no serventuario, e não no proprietario do officio, responde o Paulista, ou o Sr. A. Carlos, que fôra elle quem pedira á D. João 6.º esse favor, e que por tanto n'elle devia recair, e não no serventuario, que não dera um passo á seu favor. Replicamos, que muito positivamente o Assento e Decreto mencionados, e o Decreto de 11 de Outubro de 1827 prohibem aos proprietarios o receberem mais da 3.ª parte da lotação do officio, sob pena de sua perda, com o intuito de que os serventuarios não roubem ás partes para se poder manter, e não faz excepção dos officios sujeitos á onus para a Fazenda Publica. O Sr. A. Carlos requereu esse favor, mas sim aprot do seu serventuario, que pela divisão da Ouvidoria de Itú da de S. Paulo retirava muito menores lucros; e tanto assim se deve entender, que na concessão d'esse favor se não diz claramente á beneficio de quem fôra elle concedido. As Leys eram terminantes, ellas prohibiam receber mais da 3.ª parte, e El-Rey não podia ir de encontro á ellas, á menos de as revogar, e para isso eram necessarias certas formulas. Como pois pensa o Sr. A. Carlos, que se dispensou o onus á seu favor? — Si assim fosse, então o fim do Legislador se não realisava, por que elle tivera em vista, na formação das Leys, o livrar as partes dos roubos, que lhe podessem fazer os serventuarios de officios, sobrecarregados de onus á bel prazer dos proprietarios. Ora o Sr. A. Carlos recebendo do seu serventuario os 2 terços da lotação do officio, commetteu um crime, para o qual marcou a Ley como pena a sua perda. E como pode actualmente ser indemnizado? — E não se esqueça aqui do termo de desistência, que diz assignára, no qual se obrigava á não pedir — qualquer outra indemnisação.

As outras nossas proposições não foram combattidas, e por isso nos não damos ao trabalho de as renovar, tanto mais que vai bastantemente entendendo este artigo.

Agradecemos ao Sr. A. Carlos o não nos querer para Juiz de seus serviços: essa esperavamos nós!.. Como seríamos preferidos á tantos homens illustres, e respeitados no Brasil, que na opinião do Sr. A. Carlos não passam de ignorantes, e charlatães? O orgulho de um Andrada não se deve abatter, e rebaxar á ponto de vir ter com uma pequena topeira, que anda pelos monticulos, ou com um miseravel rabulzinho, que não sabe respeitar o soberbo Illimalaya. — Entretanto somos nós o primeiro a reconhecer os serviços, e luzes do Sr. A. Carlos; comquanto não pretendamos como o Sr. Paulista attribuir-lhe tudo quanto ha bom, até a nossa propria Constituição!!! Quando se nomeou na Assembleia Constituinte uma Comissão para appresentar um projecto de Constituição, saíram eleitos os Srs. José Bonifacio, Araujo Lima, José Ricardo, e A. Carlos. Não se queira agora acintosamente dar toda a honra á este ultimo; aos trez primeiros tambem devemos; elles trabalharam tanto ou mais do que o Sr. A. Carlos.

Resta-nos repellir com energia o labéo de haver feito sermão encomendado: seguimos a nossa consciencia, e não nos ficam remorsos; o que é de lavra propria, nunca publicamos com nomes suppostos: si o Paulista tem o costume de fazer artigos de encomenda, ou de assignar alheios, nunca o fizemos nós! —

#### AO DESPERTADOR.

Respondeu o Despertador ao nosso artigo de Quinta feira passada pelo seu n.º de Sabbado. Como porem houvesse elle esquecido os seus deveres de escriptor publico, e deixasse de parte todas e quaesquer considerações, para livremente injuriar e insultar á aquelle, que apenas tinha ousado rebatter algumas opiniões suas, julgamos dever-lhe immediatamente replicar, e o fizemos por intermedio do nosso collega do Sete de Abril de Segunda feira. Hoje só nos occuparemos com elle, respondendo á algumas ideas, que expendeu, combattendo enfim doutrinas com doutrinas.

Disse elle que havia composto aquelle artigo sobre as desordens de Portugal, com o intuito de desvanecer qualquer temor, que apparecesse com a triste noticia das desordens occorridas no seu paiz; mas si ao principio o tivesse declarado, de certo,



que isto seria uma circumstancia atenuante ao delicto, que elle havia commettido, usando de expressões um tanto anarquicas, e proclamando ideas bem desorganisadoras. Mas não; elle — acreditou-se um *magister sic orsus ab alto*, e foi deixando cahir da sua somnidade as doutrinas, que lhe approvem, devendo os ouvintes fixar com o queixo caído, e applaudindo-lo, — por que — *magister dixit*.

E enganou-se o sabio do Director em Chefe, si acredita que elle é o *botão* do nosso paiz, si pensa que só na sua larga cabeça se infiltrou toda a sciencia humana. Ha no Brasil, por graça de Deos, pessoas intelligentes, e todas muito extranharam o seu comportamento.

Accrescenta mais o *sabio*, que elle quando fallára de tyrannia, se referia á de D. Miguel; mas devia lembrar-se, que ninguém pode advinhar pensamentos occultos, e que a sua alti-sonante phrase — *sujeição sepulchral da tyrannia* — ou se não prestava á sentido algum, e fôra encaixada á *martello*, como para frondoso adorno ao artigo, ou então se devia applicar ao Governo actual da Nação Portugueza. Ora nós, que julgamos bom e patriótico todo o governo, que procura unir as opiniões dissidentes, firmar a paz, e a ordem, manter as finanças, e render imparcialmente justiça, não podemos deixar de applaudir aos nobres esforços do Gabinete, que dirige actualmente os destinos de Portugal. Eis por que defendemos de suas infundadas increpações aquelle governo.

Quanto á anarquia, para que pareciam pender suas ultimas expressões, não fomos nós o unico, que o censurámos: o mesmo ouvimos á muitas pessoas respeitaveis, e á alguns de seus patricios, que si queixavam altamente, de que o Sr. Dr. Cabral os estivesse compromettendo, intrigando-os com os Brasileiros, e procurando agora por meio de impressos sediciosos, reacender o fogo das antigas odiosidades.

E essa opinião tambem nós partilhámos; e si fôssemos Portuguez, seríamos o primeiro ao oppor-nos ao Sr. Dr. Cabral, por que na verdade um homem, que tem manchado e ennegrecido algumas paginas de sua vida, como é voz publica entre os seus mesmos patricios, com escriptos á *Parlamentar*, á *Cidadão*, á *Filho do Sete*, fazendo côro com os agitadores do Brasil, não podia senão prejudicar a sua nação no conceito dos Brasileiros.

Nós já respondemos pelo *Sete de Abril* ás malevolas insinuações, que nos lança á face o Redactor em Chefe do *Despertador*, de que o artigo,

que escrevemos fôra *encommendado*. Disseram-nos pessoas muito respeitaveis, que o Sr. Cabral quando escreveu esta phrase, se referia em pensamento ao Sr. Ministro do Imperio. Na verdade, é necessario ter sangue de rosas nas veias, não se nutrir fogo n'alma, para se deixar insultar uma das nossas primeiras notabilidades pelo Sr. Dr. Cabral!!! Si foi essa a intenção do Redactor em Chefe, não lhe podemos dar melhor resposta, do que a de profundo desprezo para os seus escriptos.

E digam, que o Director da folha diaria intitulada *Despertador*, não combina ideas com os opposicionistas, e agitadores do Brasil! Elles tambem tudo attribuem ao Sr. Ministro do Imperio. Que actividade sobrenatural, sobrehumana, deve ter esse Ministro!.. Nada se faz n'este Brasil, que não seja movido por elle!.. Certamente isso é muito, e o homem é grande!

Uma só cousa admirámos no meio de tudo isto; é a ousadia, com que o Sr. Dr. Cabral tão conhecido pelos seus patricios em 1851, 52, e 53, e no tempo, em que veio do Rio Grande, tão amaldiçoado por todos, falle hoje em seu *puro patriotismo*, em fraternidade de Portuguezes, &c... Era m lhor que elles lhes pedisse, que corresse um véo bem espesso sobre o seu passado...

Ora que todos esses homens ambiciosos fallam sempre em *liberdade*!.. E' o seu pão de cada dia, o seu alimento de cada noite. Liberdade, liberdade!.. Que maviosa expressão, e de odios!.. Apenas sobem esses seus preconizadores, acabou-se a liberdade: isso é excellente em theoria, pessimo em pratica.

Já nos cansa ouvir fallar todos os dias em liberdade. Queremos mais positivismo, mais factos enfim, e desda á muito que demos de mão á esses palavrões vagos e sem sentido, e que, não sabemos por que fatuidade, tem entretanto ás vezes o poder de derramar sangue bem precioso! — Basta.

#### VARIEDADE.

Tendo encontrado no — *Carapuceiro* — um excellente artigo á cerca de um *sublime projecto* do Sr. P.<sup>o</sup> Alencar, Deputado do Ceará, nos apressámos á publicá-lo, pensando agradar com isso aos nossos leitores. Era este projecto intitulado — *Ley sobre os garroteiros do Ceará*; nós porem, achando-lhe alguma relação com a longa e miuda historia dos *carrapatos*, que dão no gado, e acabam com tantas cabeças no anno, como tão eloquen-

te, e sublinemente nós demonstrou o Reverendo Sr. P.<sup>o</sup> Alencar na Sessão d'este anno, tratando-se da resposta á falla do Trono, julgamos dever mudar-lhe o titulo, e o chamaremos —

#### Nova especie de carrapato bravo.

« Veio-me á mão um Projecto de Lei apresentado á Assembleia Provincial do Ceará pelo Illm.<sup>o</sup> Sr. Vigario e Deputado Peixoto d'Alencar; e nao pude ferrar-me ao desejo de o offerecer com algumas reflexões aos meus benignos Leitores, que gostam de raridades. Esse Projecto não tem por fim, senão derramar um pesado imposto sobre todos os fideis do Ceará em beneficio do Srs. Vigarios. O Art. 2.<sup>o</sup> diz assim — Terá o Parocho da freguesia chamada desobriga meia pataca de cada cabeça de casal; de cada filho, escravo, ou famulo, sendo de communhão, 4 vintens, e sendo tão somente de confissão 2 vintens. Aquelles porem, que tiverem Fasedas de gado, pagarão 500 rs., ou um garrote; e acontecendo, que qualquer individuo tenha mais de uma fazenda, pagará a mesma conheçença por cada uma em separado. Nesta conheçença dos Fasedeiros entrará elle, e a sua familia, o seu vaqueiro, e a familia d'este. Quando em uma fazenda houverem dous, ou mais vaqueiros, só um d'elles entrará na desobriga do dono da fazenda; e se o dono da fazenda morar fóra d'ella pagará a sua desobriga por cabeça, alem dos 500 rs. da fazenda, ou o garrote.

Não sei com que justiça pretende o illustre Auctor do Projecto, que até pague 40 rs. o filho da familia, o famulo, ou escravo, que tão somente se confessaram, e não communharam; pôr que a Confissão não é funcção privativa do Parocho. Qualquer pode confessar-se com o Sacerdote approved, que lhe parecer; e pela disposição do Artigo quer o Sr. Deputado Vigario, que lhe pague por um ministerio, que elle muitas vezes não exerceo, alem de que qualquer estipendio por motivo do Sacramento da Penitência é rigorosamente prohibido pelas leis Canonicas. A condição de 500 rs. por cada fazenda, ou um garrote será conforme a usos (ou abusos) lá do Ceará. Parece-me, que se o illustre Deputado legislasse no Pará, exigiria tantos mil rs., ou tantos buões de manteiga de tartaruga. Todavia como se não marque a idade, ou arrebacão do garrote, a ter passado a disposição, era muito provavel, que os Srs. Vigarios, não se contentassemahi com qualquer bezerro, porem exigiriam garroteiros já com seus rissos de touro: mas de todas as disposições d'este artigo nem-uma me parece mais dura, e odiosa, do que a que manda, que o Fasedeiro de gado, que morar fóra da sua fazenda, pague a desobriga por cabeça alem dos 500 rs. da Fazenda, ou o tal garrote! Pois que? Ha de o pobre homem dar ao Sr. Vigario meia pataca de desobriga por si, 4 vintens por cada filho, escravo, ou famulo de communhão, 2 vintens por aquelles que tão somente se confessarao, e só por este simples facto? Ha de pagar mais na mesma proporção a desobriga do seu Vaqueiro, e alem

de toda esta esfrega, só por que não habita na sua Fazenda, será obrigado a entregar ao seu bom Parocho 500 rs., ou o fatal garrote? Por ventura desobriga-se os garrotes, ou a família do Fazeiteiro? E se este paga tudo tim tim por tim tim a ponto de até pagar quem se confessou unicamente; por que título ha de a homem dar mais 500 rs., ou o competente garrote? Se tal Lei passasse, não havia cousa, como ser Vigário na Província do Ceará.

Art. 3.º As conhecenças, de que tracta o Art. 2.º, serão pagas ao Parocho ainda mesmo quando os respectivos Parochianos deixarem de cumprir com o preceito Quaresmal, com tanto que o Parocho não deixe de apresentar-se sempre prompto para ouvi-los de confissão, ou por si, ou por qualquer Sacerdote de licença sua no tempo Quaresmal, dentro, e fóra da Matriz nas Freguezias, em que é costume sahir o Parocho á desobriga-pela dificuldade, que tem os Fregueses de comparecerem na Matriz.

Primeiramente notarei a inexactidão das palavras — *de licença sua* —; por que nem um Sacerdote em tempo algum confessa por licença, que lhe dê o Parocho: as licenças para Confessor são dadas pelo Ordinario, e nem pense alguém, que o Sacerdote, que habita em uma Parochia, é subdito do Vigário respectivo; e entendendo, que até nem é ovelha sua. O Pastor immediato dos Sacerdotes é o Bispo, e d'ahi vem a obrigação de communarem por desobriga na Quinta feira Santa pela mão d'este. Em segundo lugar tenho de admirar, que o illustre Deputado ignore, que a primeira disposição d'este Artigo é diametralmente opposta ao Artigo 5.º Capitulo 1.º da Constituição do Imperio, em o qual se permite a qualquer abraçar a Religiao, que lhe parecer. Ora supponha o honrado Deputado, que um seu Parochiano, isto é; um habitante da sua Parochia não se confessa, nem Communga; por que segue a seita de Calvino, ou Lutero, ou a Reformada, ou finalmente por que não quer: tendo a seu favor a Lei fundamental, que lhe garante a liberdade de Religiao; por que ha de ser coagido a pagar ao Sr. Vigário a taxa por um acto, que elle não praticou, e nem-uma Lei civil o obrigava a praticar? Seja Catholico Romano quem quizer. Aquelle que por sua cegueira, ou desgraça não quizer desobrigar-se, nem-uma Lei secular entre nós o pôde multar por isso. Peçam a Deos os Srs. Vigários, que todos os habitantes da sua Parochia sigam o Catholiceismo; por que se desgraçadamente o não quiserem seguir, ficarão suas Reverendissimas reduzidos á Congrua.

Omitirei todos os mais Artigos d'este Projecto de impostos pelas funcções Ecclesiasticas da obrigação dos Parochos; por que todos com poucas excepções, parece, que só serviriam a manifestar solemnemente (se fossem sancionados) o amor do Touro, vicio bem opposto ao caracter dos Ministros de J. C.; e passarei ao Ar-

tigo 13 por me parecer eminentemente escandaloso.

Art. 13. Para haver Officio Parochial é preciso, que o fallecido tenha noventa mil réis de terça, e neste caso poderá o Parocho obrigar aos herdeiros a que falem, quando repugnem, ou voluntariamente o não queiram faser, devendo ser o Parocho indemnizado mesmo antes de faser o Officio, como é costume.

Advertir-se, que o Illustre Auctor exige no Artigo 12 a quantia de 1000 rs. para o Vigário por cada Officio Parochial: mas esqueceu-lhe certamente a clausula — *ou dous garrotes* — (quando o defuncto for dono de Fazendas d'gado.) Se ali estivesse, como Deputado, não deixaria de mandar á mesa a emenda dos dous garrotes para harmonisar a doutrina do Projecto. Mas onde encontrou o meretissimo Deputado essa obrigação tão rigorosa do Officio Parochial da parte dos pobres defunctos? Supponha, que eu sou tão rico, ou mais, que o Barão de Quintella; mas não engraco com Officios Parochiaes, ou com Officio nem-um; e que em meu Testamento, em minha ultima vontade ordeno, que tudo quanto posso deixar seja distribuido em esmolas, em obras pias, &c.; com que direito virá o meu Vigário exigir do meu Testamenteiro a quantia de 1000 rs. de Officio Parochial, que eu não encomendei, nem pedi, nem disso fallei? Se o meu Vigário por muito piedoso quizer cantar, ou resar por minha alma o seu Officio Parochial, Deos lh' o pagará, e eu lh' o agradeceréi, se estiver no Purgatorio: mas um Officio Parochial obrigado! Um Officio Parochial *inuito domino*! Excede á minha ent. comprehensao. Não é imposto de garrotes; é de elefante.

Alem disto para a obrigação do tal Officio basta, que o defuncto tenha da terça de seus bens 9000 rs.; e neste caso os 1000 rs. (eu acrescentaria: ou dous garrotes) irão logo reboliado adiantados para a algibeira do Santo Vigário. Mas quem pagaria adiantados esses 1000 rs.? Eu Testamenteiro de certo não os dava; por que para se saber, se a qualquer defuncto cabe em terça a quantia de 9000 rs., é preciso que se proceda a Inventario, e avaliação: logo ainda imposta a obrigação de não poder ir ninguem para o outro mundo sem Officio Parochial por dinheiro, nunca se podia obrigar ao pagamento adiantado: por que se o Testamenteiro por generoso largasse os 1000 rs.; e ao depois feita a avaliação, a terça não chegasse aos 9000 rs., provavelmente o bom Vigário não os restituiria, e ainda pior se o Officio fosse adiantadamente pago á razão de dous garrotes, e o Vigário já os tivesse papado.

Nem-um Projecto deverá entrar em discussão, se não contiver materia de utilidade publica. E estará n'este caso um Projecto de impostos sobre todo o mundo só em proveito dos Srs. Parochos? Que apreço fará o povo da Religiao, vendo que os seus Ministros são tão interesseiros, que por em almoeada as funcções Sacerdotaes, e tudo querem faser por dinheiro? Está já o povo tao sobreccarregado d'impostos, e em cima disto ha de

ser mais tributado para poder cumprir as obrigações de Catholico? Ha de por força quem morre, e tem algum vintemsiinho, pagar 1000 rs. por um Officio Parochial? E que mais virtude tem este Officio, que outro qualquer? Supponhamos, que um ricasso, depois de ter em sua vida roubado o genero humano, entende, que saldará as suas contas para com Deos, mandando em Testamento, que se lhe faça por sua alma um Officio solenne de David Peres, com dous coretos de Musica, com muitos Padres, com um grande Mausuleo: pergunto, será obrigado a outro Officio chamado Parochial, que certamente é muito inferior em pompa, e magnificencia? Finalmente este Projecto (com o devido respeito) dá-me visos de Tabella d'Alfandega, onde vem marcados os direitos de cada genero: e até não escapou o preço corrente dos enterramentos das coyas, &c. Melhor fóra, para acabar com tanto escandalo, dar aos Parochos uma Congrua sufficiente para a sua sustentação, e prestarem elles todos os seus Officios gratuitamente; pois só assim se verificaria o preceito do Divino Mestre, quando disse a seus Discipulos — *Quod accepistis gratis, gratis date.* — Mas esta medida, alias mui proficua, a meu ver, demandaria quantiosa despesa, com que não poderão as Thesourarias Provincias, fóra do que muitos Parochos (não todos) deixariam de accodir aos seus Fregueses, de os enterrar, &c. &c.; por que a congruaria correndo, e tanto lhe rendia o vivo, como o morto.

Concluirei as minhas reflexões a este Projecto com o seguinte bem conhecido Soneto de Filinto Elyseo.

Nusei; logo a meus pais custou dinheiro  
O Baptismo, que Deos nos dá de graça.  
Tive uso de razão; perdi a graça,  
Dei-me a rol; chegou Pascoa, dei dinheiro.  
Quiz casar com uma moça? Mais dinheiro,  
Brinquel com ella? Não brinquel de graça;  
Que aos nove meses me custou a graça,  
Para o Mergulhador capa, e dinheiro.  
Morreu minha mulher: não lhe achei graça;  
E menos graça no arbitral dinheiro,  
Da offerta; que o Prior não vai de graça.  
Se o ser Christão requer sempre dinheiro  
Como cumprir com dar graças de graça,  
Os que graças nos vendem por dinheiro?

P.S. Já estava prompto o JORNAL, quando lêmos o artigo de hontem do *Despertador*; a resposta não se fará muito esperar.

#### A VISO.

Roga-se aos Srs. Subscriptores do JORNAL DOS DEBATES, que ainda não satisfizeram as suas assignaturas do 2.º trimestre do anno, já decorrido, tenham a bondade de o mandar faser na Typographia do *Diario*, rua da Ajuda n.º 79: poupando ao Redactor o arduo e pesado trabalho das cobranças por uma tao diminuta quantia. O mesmo se roga aos Srs. que ainda não satisfizeram o 3.º trimestre, que commecçou no mez passado.